



PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/2025

(SUSTA A APLICAÇÃO DOS INCISOS VI E VIII A QUE SE
REFERE O ART. 2º DO DECRETO Nº 8.661, DE 12 DE
DEZEMBRO DE 2012)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU, NOS TERMOS DO INCISO IV, DO ARTIGO 18, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam sustados os incisos VI e VIII do art. 2º do Decreto nº 8.661, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação da cobrança de preços públicos dos serviços, uso de bens e fornecimento de utilidades produzidas pelo Município e regula os artigos 193 a 204, da Lei Complementar nº 87, de 1º de dezembro de 2005 - CTM – Código Tributário do Município e suas alterações.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 10 de março de 2025.

EMERSON PEREIRA

Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça "Vereador Viana Filho" – Vila América
 CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
 CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com fundamento no art. 20, inciso XVII, da nossa Lei Orgânica Municipal, este vereador propõe a sustação dos incisos VI e VIII do art. 2º do Decreto nº 8.661, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação da cobrança de preços públicos dos serviços, uso de bens e fornecimento de utilidades produzidas pelo Município.

O citado Decreto Municipal disciplina em seu texto quais serviços prestados pelo Município serão realizados por meio do pagamento de tarifa, isto é, por meio do pagamento de um preço público cuja natureza não comporte a cobrança de taxa (tributo).

É válido mencionar que os serviços públicos prestados pela Administração Pública, a depender de sua categoria, podem ter fontes de custeio distintas e diferem quanto à compulsoriedade de seu pagamento.

Segundo posicionamento majoritário jurídico, os serviços públicos podem ser essenciais/administrativos ou econômicos/empresariais, sendo os primeiros caracterizados como atividades inerentes à soberania do Estado ou essenciais ao interesse público, possuindo regramento legal, natureza de receita derivada e cobradas via taxas (tributo), enquanto que os serviços econômicos/empresariais são dotados de natureza contratual, oriundo de um ato de vontade das partes, cuja contraprestação (tarifa), independe de lei para sua edição e destina-se a cobrir os gastos resultantes de serviço público não-essencial.

Diante do exposto e analisando a redação do Decreto Municipal nº 8.661/2012, alguns dos serviços elencados por não serem claros e específicos, mais precisamente, o serviço de “certidões” disciplinado no inciso VI e o serviço “protocolo e outros” disciplinado no inciso VIII, podem trazer consigo serviços essenciais aos munícipes, cuja eventual cobrança deve ser realizada por meio de tributo e não tarifa ou ainda, ir de encontro ao direito fundamental de petição, previsto na Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”).

É evidente, portanto, que o Poder Executivo exorbitou seu poder regulamentar quando extrapolou os limites da lei, podendo este “a mais” ser afastado pelo Legislativo por meio de decreto legislativo.

Ademais, este vereador pretende não revogar, mas tão somente suspender a aplicação dos citados incisos, enquanto o Poder Executivo não regulamente de forma correta, clara e precisa quais os serviços públicos serão prestados via pagamento de tarifa.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025.

EMERSON PEREIRA

Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

